

POR UM SETOR ELÉTRICO A SERVIÇO DO BRASIL

1 CONTEXTO

A crise energética global, causada pela guerra na Europa e pela interrupção dos fluxos energéticos entre a Rússia e vários de seus clientes internacionais nos lembra do quanto as sociedades contemporâneas são sensíveis à disponibilidade de energia. Há países que não dispõem de recursos energéticos suficientes para seu próprio abastecimento e precisam pagar por eles. Há países que possuem recursos energéticos, mas que não têm a capacidade de convertê-los em benefício de seu próprio povo e há países que possuem os recursos energéticos necessários e os mobilizam para seu próprio desenvolvimento. O Brasil, certamente, encontra-se na situação de escolher, entre as duas últimas categorias, em qual irá se enquadrar.

A natureza foi generosa com este país. Um território continental, com uma grande extensão de latitudes, somado ao relevo e ao clima tropical, proporcionaram ao Brasil caudalosos e extensos rios de planalto, que nos conferem a condição de segundo maior potencial hidrelétrico do mundo, só atrás da China. A posição próxima ao equador nos brinda ainda com um enorme potencial de geração de energia solar, além de um potencial eólico capaz de, sozinho, triplicar a capacidade instalada de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), isso considerando-se apenas os aproveitamentos em terra.

2 HISTÓRICO

Ao longo de décadas os brasileiros, mobilizados por seu Estado Nacional, foram capazes de unir os imensos recursos de seu território à inteligência e ao suor de seu povo para construir um Sistema Interligado, majoritariamente renovável e admirado no mundo todo. Um sistema baseado em grandes e médias hidrelétricas, com grande capacidade de armazenamento e uma infraestrutura de transmissão única no mundo, capaz de transportar grandes blocos de energia por esse território continental, aproveitando dos diversos regimes hidrológicos do país.

Com tudo isso, era de se esperar que tivéssemos uma das energias mais baratas do mundo. Porém, desde que começou o processo de privatização e mercantilização do setor elétrico brasileiro, nos anos 90 do século passado, que nosso país conseguiu a proeza de transformar um sistema elétrico intrinsecamente renovável, limpo e barato em uma das energias mais caras do mundo.

As graves consequências da implantação do binômio privatização/mercantilização não tardaram a aparecer. Já em 2001 a proibição de investimentos estatais por parte da Eletrobras, em processo de privatização, somada à falta de investimentos da iniciativa privada, levou o país ao maior racionamento de um país em tempos de paz da história. Racionamento esse que foi o corolário para a termificação da matriz elétrica brasileira ao longo do século XXI, ampliando a emissão de gases do efeito estufa e os preços para os consumidores finais.

Diante disso, os governos Lula e Dilma reformularam o setor elétrico brasileiro, sob as consignas da segurança energética, da universalização do acesso e da modicidade tarifária. A reforma, lançada pela lei 10.848/2004, criou os ambientes de contratação livre e regulada, ao mesmo tempo gerando segurança para os investimentos privados e recolocando a Eletrobras como protagonista em um novo ciclo de investimentos, mobilizando recursos humanos e financeiros em obras estruturantes em geração e transmissão de energia elétrica.

Ao longo desse século foram mais de R\$ 250 bilhões em investimentos no setor, sendo que somente as empresas Eletrobras, investiram mais de R\$ 115 bilhões em novos ativos de geração, transmissão e modernização de seus equipamentos, gerando novos empregos e garantindo a energia necessária para o ciclo de desenvolvimento vivido pelo país até 2014.

No que diz respeito à segurança energética, muito por conta da Eletrobras que capitaneou grandes empreendimentos como as hidrelétricas de Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, Teles Pires e grandes sistemas de transmissão em corrente alternada e contínua, o país conseguiu superar o fantasma do racionamento. Mesmo com períodos de forte crescimento econômico e inclusão social, com crescimento do consumo bem maior que o próprio crescimento do PIB, o Brasil não teve em seu sistema elétrico qualquer gargalo ao desenvolvimento.

No que diz respeito à meta da universalização do acesso, o programa Luz para Todos, também coordenado pela Eletrobras, foi responsável por um dos maiores avanços civilizatórios do século XXI no Brasil, com a retirada de mais de 16 milhões de brasileiros da escuridão para a modernidade. Graças ao Luz para Todos, amplas áreas do interior do país viram suas economias se dinamizarem e, principalmente, deu-se um salto gigantesco na qualidade de vida de milhões de brasileiros e brasileiras. Hoje mais de 99% da população está conectada à rede elétrica.

3 ENERGIA CARA, O GRANDE PROBLEMA DO NOSSO SETOR ELÉTRICO

Já no que diz respeito à modicidade tarifária, em que pese os esforços governamentais e da própria Eletrobras, que sempre atuou nos leilões de expansão visando beneficiar o consumidor, o preço da energia continuou subindo no mercado regulado. Mesmo a medida provisória 579/2012, que repassou ao consumidor o benefício da amortização das usinas e linhas de transmissão da Eletrobras, não foi suficiente para reduzir estruturalmente o custo da energia no Brasil.

Apesar da correta concepção do modelo de cotas, deve-se registrar que houve erros em sua aplicação: os preços de Operação e Manutenção (O&M) para administrar os ativos de geração e transmissão, sobretudo da Eletrobras, foi concebido bem abaixo do necessário para remunerar as empresas, as indenizações remanescentes, passados mais de dez anos da lei, ainda não foram integralmente pagas e a antecipação da renovação dos contratos deixou as empresas do grupo Eletrobras em sérias dificuldades para honrarem seus contratos no mercado livre, obrigando-as a ir ao mercado de curto prazo buscar essa energia, o que comprometeu severamente o caixa das empresas Eletrobras na segunda década do século XXI.

O aumento estrutural no preço da energia no Brasil tem uma de suas causas no desequilíbrio entre o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e o Ambiente de Contratação Regulado (ACR). As garantias para os financiamentos para a construção das hidrelétricas são dadas pelos contratos de longo prazo do ACR, já a parcela do ACL, composto muitas vezes por contratos de curto prazo, ajuda nos caixas das empresas, porém não contribui para a consecução dos projetos.

Atualmente os consumidores do ACL têm adquirido energia de fontes renováveis intermitentes, como eólica e solar. Essas fontes, apesar de todos os benefícios, não dão ao sistema a segurança necessária, que só pode ser fornecida por energia firme, hidrelétrica e termelétrica. Assim os consumidores cativos ficam como os únicos responsáveis pela manutenção de fontes mais caras como as hidrelétricas ainda não amortizadas, a energia nuclear e as termelétricas. Ou seja, há uma divisão injusta dos custos do sistema em prejuízo dos pequenos consumidores e a expansão do mercado livre só tem piorado isso, pois enquanto os custos crescem, a quantidade de consumidores diminui, com a saída de consumidores industriais e comerciais.

Mas além desse problema estrutural quanto à alocação dos custos do nosso sistema elétrico, há outros que vêm se agravando sensivelmente nos governos Temer e Bolsonaro.

O primeiro é a própria saída da Eletrobras dos leilões de expansão. Apesar de ter apresentado lucro de R\$ 37 bilhões nos últimos quatro anos, de ter recurso em caixa e baixo endividamento, os governos Temer/Bolsonaro optaram por impedir que a Eletrobras investisse. Como a empresa participava dos certames induzindo os preços para baixo, sua ausência contribui para aumentar o preço dos novos empreendimentos, seja de geração ou transmissão.

Mas, sem dúvida, a tendência mais deletéria dos anos Temer/Bolsonaro no setor elétrico, tem sido a expansão da fonte termelétrica. Com a estagnação da fonte hidrelétrica no país, em especial de hidrelétricas com reservatórios, as termelétricas, notadamente a gás natural, vêm ocupando papel cada vez mais relevante em nossa matriz energética.

A verdade é que a expansão do uso do gás natural no Brasil não está relacionada apenas a necessidades energéticas da expansão do nosso sistema. Cada vez mais, vai se constituindo um poderoso lobby do gás, que envolve proprietários de termelétricas, concessionários de distribuição do gás nos estados e os produtores locais e importadores do produto.



A alegada crise hídrica de 2021, foi na verdade uma oportunidade criada para que esse setor se expandisse ainda mais, vendendo energia cara e poluente e faturando cada vez mais às custas do consumidor cativo. Mas, sem sombra de dúvida, foi durante a privatização da Eletrobras que o poderoso lobby do gás demonstrou todo seu poder e os riscos que representa para o planejamento e a sustentabilidade econômica do nosso setor elétrico.

A inserção de 8.000 MW de termelétricas inflexíveis, em regiões desprovidas de gasodutos e sem ter passado por nenhum critério técnico dos órgãos oficiais do setor, descortinou um novo tempo no setor elétrico brasileiro. Agora, não é mais a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) ou os demais órgãos técnicos do setor que fazem o planejamento, mas sim as negociações entre lobistas e parlamentares.

A perspectiva de termificação acelerada do setor elétrico está intimamente relacionada a tramitação do projeto de privatização nas Casas Legislativas eivado de vícios de origem, inconstitucionalidades, ritos sumários que negligenciaram o debate público e sobretudo, a injeção de recursos para construção de maiorias legislativas através do “criatório de jabutis” e uso dos recursos do orçamento secreto.

Por fim, o legado da era Temer/Bolsonaro no setor é de muito lucro e distribuição de dividendos para as empresas e aumento abusivo das tarifas para os consumidores, em especial os pequenos. A alegada crise hídrica de 2021 na verdade é o próprio modelo do setor elétrico atual, ou seja, uma administração da escassez, de modo a manter elevada a demanda por energia cara, remunerando cada vez melhor os geradores e garantindo segurança às distribuidoras, repassando automaticamente para o consumidor cativo qualquer desequilíbrio na forma de mais aumento nas contas.

Dessa forma, reduz-se o risco de racionamento, que não interessa a ninguém, mas ao custo da agregação de energia cada vez mais cara ao sistema, o que interessa e muito a um setor elétrico cada vez mais autocentrado e preocupado apenas em maximizar seus ganhos em detrimento do consumidor. Um verdadeiro programa Luz para Poucos.

4 O PROJETO TEMER/BOLSONARO PARA O SETOR

As propostas do atual governo, ou melhor, do chamado “Setor Elétrico”, abraçadas pelo governo são o aprofundamento do modelo atual, ou seja, privatização total e mercantilização total.

No que diz respeito às privatizações, Bolsonaro alcançou seu intento, entregou a Eletrobras, maior empresa de energia elétrica do Brasil e da América Latina. Entregou para o sistema financeiro 30% da capacidade instalada de geração do país, sendo 48% da capacidade hidrelétrica e 52% da nossa capacidade de armazenamento, além de 43% do sistema de transmissão do SIN. Isso praticamente encerra a participação estatal no setor elétrico e torna impossível o desenvolvimento de qualquer política pública no setor.

Doravante, caso essa privatização se consolide, a disponibilidade e o preço da energia no Brasil estarão sujeitos à boa vontade do sistema financeiro e de algumas empresas internacionais que controlarão virtualmente todo o nosso sistema elétrico.

Mas para o projeto privatista/mercantilista não basta privatizar tudo, é preciso mudar o regime de comercialização, para que se possa extrair o máximo valor desses ativos. O setor financeiro não passou cinco anos brigando para privatizar a Eletrobras para vender energia barata, no sistema de cotas, a R\$ 65/MWh.

O projeto do sistema financeiro para nosso setor elétrico é baseado, como já afirmamos, na privatização e na mercantilização e essa última precisa reduzir ou mesmo extinguir o mercado regulado, ampliando ao máximo o mercado livre, onde a energia será tratada apenas como uma commodity.

A ampliação do mercado livre se dá pela redução do requisito de carga mínima, anteriormente fixado em 3 MW e que hoje já se encontra, na prática, em 500 kW. A redução da carga mínima para adesão ao mercado livre visa, principalmente os consumidores comerciais e industriais. Porém não basta ampliar a demanda por energia para os comercializadores, é preciso aumentar também a oferta.

O plano do capital financeiro, no entanto, não prevê o atendimento a essa demanda com novos empreendimentos, mas sim com o fim do sistema de cotas de garantias físicas. Ou seja, a energia dos empreendimentos já amortizados e que, portanto, vendem energia barata no mercado regulado, será redistribuída para o mercado livre. Assim haverá um “aumento” de oferta correspondente ao aumento da demanda. Já o consumidor do ACR, que perderá esses 26.086,6 MW de energia da Eletrobras, terá que recomprá-la no mercado livre, através das distribuidoras.

Ou seja, há uma correspondência total entre a privatização e a reforma mercantilista que tramita no Congresso Nacional. De um lado a reforma amplia o mercado livre, do outro a privatização com a descolização retira energia barata do mercado regulado e a coloca no ACL.

A venda da Eletrobras e as reformas em andamento ampliam a financeirização do setor elétrico, no qual bancos lucrarão enormemente com a comercialização horária, formatação de derivativos (muito deles tóxicos, como



os observados na crise imobiliária norte americana), especulação com a escassez de energia para maximizar os lucros no curto e médio prazo.

As crises como o racionamento do Brasil em 2001, a explosão de preços da Califórnia em 2000, o blackout do Amapá 2020, a explosão de preços no Texas em 2021, e as crises estruturais observadas nos sistemas mercantis da Espanha e Alemanha são sinalizadores importantes do risco decorrente da ausência do Estado no setor elétrico.

Mas a reforma do sistema financeiro não se resume a isso. Pelo projeto de lei 414/2021, que tramita na câmara dos deputados, a própria coordenação do Sistema Interligado Nacional é prejudicada. Hoje o despacho da energia é centralizado no Operador Nacional do Sistema (ONS), que despacha a energia de acordo com o critério de menor preço, mas levando em conta a segurança energética no médio prazo. Dessa forma, o risco é compartilhado no Mecanismo de Realocação da Energia (MRE).

Pela proposta em tramitação o risco hidrológico deixa de ser compartilhado e passa a ser individualizado. Assim, as empresas terão, cada uma, que administrar seu próprio risco e os bancos já disponibilizam para as geradoras e comercializadoras produtos financeiros de *hedge*. Evidente que esse custo de securitização será repassado ao consumidor e o que é pior, em um país que tem na hidroeletricidade a base de seu sistema elétrico, uma crise hídrica poderá facilmente transformar-se em uma crise financeira.

Não há dúvida de que o principal problema do setor elétrico brasileiro na atualidade é o preço da energia. Problema para o consumidor, mas oportunidade para os agentes do setor elétrico como um todo, que ganham quando as coisas vão bem, mas repassam para o consumidor o prejuízo quando as coisas vão mal. Hoje mais de 99% da população tem acesso à rede elétrica e, até pelo crescimento econômico pífio dos últimos anos, não se vislumbra uma crise de abastecimento no curto prazo.

Porém, a estrutura normativa do setor elétrico, os processos de privatização, descotização e mercantilização, além da inserção cada vez mais acelerada de termelétricas caras e poluentes, projetam um futuro em que a energia acabe por se tornar um artigo de luxo. Nossa indústria perde competitividade e cada vez mais famílias têm que escolher entre pagar a conta de luz e comer.

A tragédia humanitária é que as mesmas famílias que foram retiradas da escuridão pelo programa Luz para Todos, hoje têm a energia chegando em suas casas, mas não pode pagar por ela. Têm que renunciar ao uso de diversos eletrodomésticos e, em casos extremos, arriscam-se com “gatos” na rede elétrica. É um verdadeiro Programa Luz para Poucos.

5 DIRETRIZES PARA UM SETOR ELÉTRICO QUE SIRVA AO PAÍS, AO INVÉS DE SERVIR-SE DELE

Diante desse estado de coisas o Coletivo Nacional dos Eletricitários propõe um setor elétrico a serviço do Brasil e dos brasileiros e não a serviço dos investidores do setor, como é hoje. Nossa proposta se baseia em três consignas: Segurança Energética; Energia Barata e Energia limpa a serviço do desenvolvimento.

5.1 Segurança Energética:

Um país como Brasil, rico em fontes energéticas e dotado de um robusto sistema interligado, não pode correr o risco de que falte energia para o setor produtivo e para as famílias, mas nossa história recente demonstra que isso pode sim acontecer.

Num setor com fortes características de monopólio natural, é comum que as próprias empresas prefiram a manutenção de um ambiente de escassez, onde possam faturar mais com os preços elevados, como bem demonstra a crise energética da Califórnia, no início do século. Entretanto, essa política de gestão da escassez é extremamente arriscada e no ano passado o Brasil passou perto de ter que impor restrições ao consumo, para evitar o colapso do sistema.

O baixo crescimento econômico, aliado ao “sucesso” do racionamento pela demanda, imposto pela elevação da tarifa e a antecipação do período chuvoso nos salvaram do pior. Mas se o país quer de fato voltar a crescer, precisará de uma política séria de expansão do sistema elétrico.

A justificativa governista para a privatização da Eletrobras foi a falta de capacidade da empresa de realizar novos investimentos, o que colocaria em risco a segurança energética nacional. Nada mais falso, pois além de a Eletrobras possuir plena capacidade de investimento, nem na lei da privatização da Eletrobras, nem em nenhum outro diploma legal, há qualquer obrigação de a Eletrobras privatizada realizar qualquer investimento na expansão do parque de geração e transmissão de energia elétrica no país. Aliás, não é possível obrigar nenhuma empresa privada a investir na expansão do setor elétrico brasileiro, quando trata de geração e transmissão.

A Eletrobras foi a empresa que mais investiu em ativos novos de geração e transmissão no setor elétrico ao longo dos últimos sessenta anos, nenhum agente econômico privado investiu nem perto do sistema Eletrobras desde



a sua criação. Tanto é assim que a segunda maior geradora de energia do Brasil, a Engie, foi construída no Brasil com ativos privatizados da própria Eletrobras. Pode-se mesmo dizer que foi a Eletrobras quem construiu a espinha dorsal do Setor Elétrico Brasileiro.

Tanto as causas do racionamento de 2001, quando o setor privado não fez os investimentos esperados, quanto o ciclo de expansão posterior, nos governos Lula e Dilma demonstram cabalmente que a Eletrobras sempre foi essencial para garantir a expansão do sistema. Além disso, a própria “crise hídrica” de 2021, quando a Eletrobras havia também sido proibida de investir, ao mesmo tempo em que houve foi a contratação de termelétricas emergenciais, a até R\$ 1.600/kWh, deixa claro que pode até haver expansão unicamente pela iniciativa privada, mas a um preço tão elevado que a tornam completamente disfuncional.

Infelizmente, desde a privatização da Eletrobras o Estado perdeu seu único instrumento efetivo para realizar a expansão do sistema elétrico em bases minimamente razoáveis. Sem a Eletrobras pública o país aprofundará o atual estado de coisas, de gestão proposital de escassez, com energia cada vez mais cara. Não é do interesse dos agentes privados, em especial da Eletrobras privatizada, aumentar substancialmente os investimentos, já que o poder de mercado dessa empresa, com 48% da capacidade hidrelétrica do país, lhe dá condições de ganhar muito dinheiro mantendo um ambiente de escassez.

Se não quiser ficar nas mãos da boa vontade dos fundos de investimentos e dos oligarcas nacionais e estrangeiros que controlam a Eletrobras e as demais empresas do setor, o próximo governo terá que reestatizar a Eletrobras. Só assim o Brasil poderá voltar a ter um instrumento efetivo para garantir a segurança energética nacional.

5.2 Energia Barata

Não basta ter energia, ela precisa ser acessível. Tanto o setor produtivo, quanto o povo precisam de energia a preço justo e o Brasil tem todas as condições de proporcionar isso. A primeira coisa a ser feita é, sem sobra de dúvida, a reestatização da Eletrobras, a anulação da desotização prevista para iniciar-se em 2023 e a revogação de todos os “jabutis” da lei da privatização, dentre as quais, os 8.000 MW de termelétricas em lugares onde não há gasodutos. Ou seja, é preciso revogar a lei 14.182/2021, a mais irresponsável reforma do setor elétrico brasileiro de todos os tempos.

Há, além disso, uma série de ameaças para o setor elétrico brasileiro que podem estourar no bolso dos consumidores a partir do próximo ano e ao longo do próximo governo. Além da desotização e dos jabutis, há a obsolescência de nosso sistema de transmissão e geração, que exigirão investimentos e que trarão mais aumento de custos para o consumidor, a indenização da RBSE da Eletrobras, de quase R\$ 40 bilhões a serem pagos nos próximos anos, o vencimento acordo de Itaipu, que poderá retirar os 7.000 MW da parte paraguaia do nosso portfólio ou, no mínimo, elevar substancialmente o custo daquela energia, além de uma série de empréstimos emergenciais contraídos pelas distribuidoras nos últimos anos, como a conta covid e a conta escassez hídrica.

Por outro lado, a amortização completa de Itaipu, também prevista para o próximo ano e a possibilidade de renovar a concessão da UHE Tucuruí pelo sistema de cotas, são oportunidades para aliviar a conta dos brasileiros. No caso de Tucuruí, evidentemente, será necessário reestatizar a Eletrobras e cancelar a lei 14.182/2021.

Além de medidas emergenciais, como o cancelamento da lei da privatização e a reestatização da Eletrobras, é preciso a tomada de medidas estruturais.

A própria volta da Eletrobras reestatizada aos leilões de expansão poderá reverter a pressão altista dos últimos anos. Mas serão também necessárias outras medidas estruturais.

Uma justa divisão dos custos sistêmicos do Sistema Interligado Nacional, com a cobrança de encargos pelo lastro do sistema e outros serviços ancilares dos grandes consumidores do ACL ajudará a reduzir o preço da energia para o pequeno consumidor. Dentre esses encargos deve estar um relacionado à expansão do sistema, principalmente no que refere de fontes de energia firme.

No nosso entendimento o mercado livre de energia causa distorções e acaba por encarecer a energia dos pequenos consumidores do mercado regulado. A extensão do mercado livre, inclusive a eventual extinção do mercado regulado não resolveria o problema, já que o poder de negociação e o acesso a informação do grande consumidor será sempre maior do que dos pequenos, em especial do consumidor residencial. Tanto é assim que nos EUA, naqueles estados que universalizaram o mercado livre, a grande maioria dos consumidores residenciais continua cliente das distribuidoras e na Espanha e em Portugal a universalização do mercado livre só trouxe aumento no custo da energia para a população.

Tendo em vista a sensibilidade do setor elétrico e o momento delicado atravessado por este, não propomos a extinção imediata do mercado livre, mas uma reforma que reequilibre a distribuição de riscos e custos entre o ACL e o ACR. Além disso, propomos que a Eletrobras crie sua própria comercializadora de energia, de maneira a servir de referência efetiva de mercado, inibindo práticas anticoncorrenciais.



Ou seja, na ordem de prioridades propomos a reversão da privatização da Eletrobras, inclusive da descoltização e dos “jabutis” da lei 14.182/2021; a utilização da Eletrobras como alavanca de novos investimentos no setor elétrico, de forma a aumentar a oferta de energia barata e uma revisão gradual no marco legal do setor elétrico, no sentido de reequilibrar custos e riscos entre os pequenos e os grandes consumidores, além de regular, via poder de mercado de uma Eletrobras reestatizada, o segmento de comercialização.

5.3 Energia limpa a serviço do desenvolvimento

A transição energética, da dependência de combustíveis fósseis para um setor energético baseado em fontes limpas e/ou renováveis é um fato da realidade. Seja pela necessidade imposta pela crise climática global, seja pelo desenvolvimento e barateamento de tecnologias de baixa emissão de carbono.

Nesse aspecto, não cabe ao Brasil apenas acompanhar a transição energética, pois já somos, das grandes economias do mundo, a que possui a matriz energética e em especial a matriz elétrica mais limpa e renovável. Lamentavelmente o que se tem visto no Brasil é justamente uma transição energética em sentido inverso, com a utilização cada vez maior de fontes fósseis, em especial de gás natural importado. Essa distorção não tem a ver com as necessidades energéticas do país, mas sim com o lobby do setor de gás.

Ao invés de buscar outros mercados para o gás natural, seja exportando-o, seja utilizando esse combustível diretamente na indústria, o lobby do gás no Brasil busca a via mais fácil, segura e rápida para a maximização de seus ganhos, o bolso do consumidor de energia.

As principais fontes primárias na transição energética em nível mundial são a eólica e a solar. Ambas estão cada dia mais acessíveis, porém por serem fontes intermitentes, o grande dilema entre os países desenvolvidos que assumiram a liderança nesse processo é como armazenar essa energia ou como obter fontes energéticas menos poluentes, que forneçam a segurança e estabilidade necessária aos seus sistemas elétricos.

Os EUA apostam na substituição do carvão pelo gás natural, menos poluente, porém a tecnologia do *fracking* demonstra alto custo ambiental no que se refere à contaminação do lençol freático. A China também substituiu suas usinas a carvão pelo gás natural importado, em especial da Rússia, mas não deixa de apostar também em novas usinas nucleares, além de expandir ao máximo sua capacidade hidrelétrica. Já a Alemanha, que resolveu apostar alto na transição energética, ao mesmo tempo em que desativa suas usinas nucleares, encontra-se em situação delicada, pois a guerra na Ucrânia impôs dificuldade geopolíticas para a aquisição do gás russo, a aposta alemã para dar a confiabilidade necessária à sua transição energética.

Em todos os países que lideram a transição energética a tônica é a substituição de fontes de alta emissão de gases geradores de efeito estufa, por outras com menor geração de gases ou neutras em carbono. Faz sentido, então substituir o carvão mineral por gás natural, já que este último gera três vezes menos gases de efeito estufa que o primeiro. O que ocorre no Brasil, no entanto, é a substituição da geração hidrelétrica por termelétricas movidas a gás natural, evidentemente mais poluente que as usinas hidráulicas.

Tendo em vista as dificuldades de licenciamento ambiental de novas hidrelétricas no país, a EPE propõe a inserção de termelétricas a gás flexíveis, que possam ser despachadas nos momentos que a geração eólica e solar estiver abaixo da demanda. No entanto a lei 14.182/21 obriga a inserção de 8.000 MW de termelétricas com 70% de inflexibilidade. Essa política visa unicamente favorecer o próprio setor de gás e os proprietários dessas usinas, pois gerando mais, faturam mais e danificam menos seus equipamentos. Por outro lado, além de mais cara e mais poluente, essa obrigação de uso acabará por restringir o despacho de fontes mais baratas como eólica, solar e as próprias hidrelétricas.

Um enorme potencial eólico e solar, um parque hidrelétrico com grande capacidade de acumulação e um sistema interligado robusto dão ao Brasil a condição não apenas de participar da transição energética mundial, mas de liderá-la. Infelizmente não é o que ocorre atualmente e própria Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prevê que nos próximos dez anos 60% de toda a energia agregada ao SIN será termelétrica de origem fóssil.

O silêncio de ONGs ambientalistas internacionais quanto à instalação de mais e mais termelétricas poluentes no Brasil deixa claro que nem sempre a preocupação ambiental desses organismos é desinteressada. As mesmas entidades estrangeiras que promoveram intensa campanha contra a construção da UHE Belo Monte se calam quando se trata da instalação de mais termelétricas poluentes. Talvez o fato de os EUA serem o segundo maior exportador de gás natural para o Brasil explique isso.

Propomos que a Eletrobras reestatizada comande um amplo programa de investimento em energia renovável. Começando pela instalação de usinas fotovoltaicas flutuantes nos reservatórios das hidrelétricas da empresa. Essas usinas gerariam energia a ser injetada diretamente nas subestações dessas UHEs, reduzindo o custo com sistemas de transmissão e aumentando significativamente a energia gerada pelas hidrelétricas, economizando água dos reservatórios, reduzindo a necessidade de despacho de termelétricas e com baixíssimo impacto ambiental.



A implantação de Usinas Hidrelétricas Reversíveis (UHR) também ajudaria a aumentar nossa capacidade de armazenamento, diminuindo a necessidade de despacho termelétrico. Além disso, é preciso um amplo debate nacional sobre a importância ambiental e econômica da implantação de UHEs com reservatórios no Brasil.

Ainda temos um grande potencial hidrelétrico a explorar e a sociedade já percebeu que renunciar à hidroeletricidade significa energia mais cara e mais poluente. A construção de novas hidrelétricas, assim como qualquer obra de engenharia, gera impactos ambientais e sociais nem sempre benéficos. É papel do estado, ouvindo e respeitando as comunidades envolvidas, avaliar a relação custo-benefício de cada empreendimento, bem como mitigar seus impactos e compensar justamente os atingidos.

Um ambicioso programa de geração de energia limpa geraria também milhares de empregos qualificados e daria um novo impulso a toda a cadeia produtiva ligada ao setor elétrico.

Para superar a grave crise econômica e social que atravessa o Brasil precisará não só aumentar o poder aquisitivo da população, mas aumentar drasticamente o nível de investimento da nossa economia. A história já demonstrou que aumento de demanda, gerado pelo incremento no poder aquisitivo da população, sem o correspondente aumento no investimento acaba por gerar inflação e descontentamento social.

Os investimentos produtivos no setor elétrico induzem a geração de emprego formal e de qualidade nos empreendimentos, nas construtoras, dinamismo logístico, contratação de equipamentos da indústria nacional, contratação de serviços domésticos, empregos para recém-formados, parcerias com universidades, estímulo à engenharia nacional. Já a privatização ao invés de ativos físicos prontos, em plena operação comercial, não gera emprego, nem dinamiza a economia e ao contrário, esteriliza capital privado que poderia ser canalizado para novos investimentos.

Um robusto programa de investimentos será necessário para um novo ciclo de desenvolvimento nacional. Contar apenas com o investimento privado é, no entanto, uma aposta fadada ao fracasso, já que sempre se pode ganhar mais no setor financeiro da economia. A história recente demonstra que mesmo a oferta de crédito barato não é suficiente para convencer o capital privado a sair da zona de conforto do circuito financeiro. Uma Eletrobras pública, com recurso, projetos e capacidade técnica poderá ter papel protagonista, junto de outras estatais, como a Petrobras num novo ciclo desenvolvimentista.

Um novo ciclo de investimentos puxado por uma Eletrobras reestatizada teria a capacidade de dinamizar toda a cadeia produtiva do setor elétrico nacional, fomentando a aplicação de conteúdo nacional, gerando empregos qualificados, aumentando a oferta de energia barata, reduzindo o preço da energia no Brasil e ainda recolocando o Brasil no seu devido lugar internacional de liderança em geração de energia limpa e renovável.

6 OUTRAS PROPOSTAS

6.1) Estatização do ONS e incorporação à Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

É preciso inicialmente frear a tendência de descentralização do despacho de energia no Brasil. O projeto de lei 414/2021, no que tange à implantação do despacho pelo preço, a individualização do risco e mesmo a obrigatoriedade de despacho de termelétricas minam um dos grandes trunfos do setor elétrico brasileiro que é a capacidade de coordenação. Mas não basta manter o papel central do ONS, é preciso estatizá-lo de fato. Não se pode deixar um papel tão importante nas mãos dos próprios agentes de geração, como ocorre hoje, ainda mais depois da privatização da Eletrobras. Essa é uma função que cabe ao estado e a ninguém mais.

Além disso, planejamento e operação devem caminhar juntos, especialmente em um sistema centralizado e cooperativo como o é o sistema elétrico brasileiro. Há um enorme ganho de qualidade no tratamento conjunto da operação e do planejamento.

6.2) Imposição de obrigações regulatórias das empresas para com os trabalhadores.

Visando maximizar os resultados dos acionistas as concessionárias do setor elétrico tentam de toda forma reduzir custos. A ANEEL impõe indicadores de qualidade e espera que as empresas os sigam, porém há um limite de redução de custos no que diz respeito à manutenção dos equipamentos. Na impossibilidade de reduzirem mais os custos com equipamentos, as concessionárias os reduzem justamente em cima da mão de obra, preservando ou aumentando suas margens de lucro.

Salários aviltantes, jornadas excessivas, terceirização desenfreada e o inevitável reflexo em termos de acidentes e mortes de trabalhadores são a tônica no setor elétrico brasileiro. Já a Agência Reguladora não tem nem um único indicador de qualidade que leve em conta o bem-estar dos trabalhadores.

A ANEEL preocupa-se apenas em manter a margem de lucro dos concessionários se possível, só se possível, reduzindo o impacto sobre o consumidor. Já a qualidade de vida do trabalhador, que faz todo o sistema funcionar é solenemente ignorada pela agência.



Por isso propomos a fixação de parâmetros mínimos de bem-estar para os trabalhadores, como regulamentação da terceirização, piso salarial, indicadores de acidentes, rotatividade etc. Ao mesmo tempo, propomos a limitação à distribuição de dividendos por parte das empresas. Não possível que trabalhadores e consumidores continuem se sacrificando, enquanto o lucro do acionista só cresce.

Defendemos que os setores da infraestrutura econômica priorizem a convergência da busca de modicidade tarifária associada a garantia de segurança de abastecimento, reconhecendo o custo de formação e manutenção de equipes de campo qualificados e com remunerações justas reconhecidas pela agências reguladoras, substituição de equipamentos, modernizações, disponibilização de equipamentos de proteção individuais, revezamentos de jornada, formação de novos quadros, novas contratações de profissionais de nível técnico ou superior, o que reduziria acidentes de trabalho e ampliaria a confiabilidade e disponibilidade dos sistemas para a população em geral, sem que a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras seja precarizada em prol de lucros exorbitantes para os acionistas.

Uma parcela de diretores da ANEEL deveria ser da própria agência, reduzindo a politização exacerbada dos quadros diretivos da agência e potencializando a política regulatória como instrumento de Estado combinado com a legitimidade do Estado ter ativos e empresas atuando no setor.

6.3) Fortalecimento do programa Nuclear Brasileiro.

A privatização da Eletrobras, da maneira que foi feita, deixou o programa nuclear brasileiro sob sério risco existencial. A Eletrobras privatizada, que apesar de não controlar a maioria das ações ordinárias, possui quase 70% do capital da Eletronuclear, tendo inclusive o poder de indicar o diretor financeiro desta empresa, poderá simplesmente boicotar a conclusão da nossa terceira usina nuclear, a UTN Angra III.

A criativa engenharia societária empreendida para segregar a Eletronuclear da Eletrobras, na prática, deixa a única empresa de geração de energia nuclear do país e sustentáculo de todo nosso programa nuclear sob o controle de uma empresa privada. Há risco, inclusive, de a Eletrobras privatizada simplesmente abandonar sua participação na Eletronuclear, deixando nosso programa nuclear sem suporte financeiro para sua expansão e mesmo para sua continuidade.

Propomos que, com a reestatização da Eletrobras, tanto a Eletronuclear quanto Itaipu Binacional voltem a integrar a holding.

Propomos também a efetivação de um programa de industrialização nuclear para o Brasil, com um programa de fomento de indústria de certificação, qualificação e produção de materiais e equipamentos com qualidade nuclear; programa de fomento de produção de radionuclídeos para medicina e alimentos; programa de fomento à INB (Indústrias Nucleares do Brasil) como forma de impulsionar a economia na prospecção, transformação e produção de radionuclídeos e seus produtos, dentre outros.

6.4) Ampliação do programa de Investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacional.

Fortalecimento do Cepel, principal centro de pesquisas nacional, que tem contribuído de forma significativa para a identificação de causas e para o endereçamento de soluções, inclusive em situações emergenciais, para o setor elétrico brasileiro.

6.5) Preservação de vagas de representantes dos empregados e representantes dos consumidores cativos no Conselho de Administração das empresas controladas pela União

Reafirmamos o compromisso com o Código de Defesa do Consumidor, com atenção especial ao impacto dos preços da energia elétrica, botijão de gás e combustível no orçamento das famílias rurais e urbanas de norte a sul do país, comerciantes, lojistas, caminhoneiros e indústrias; o que incentiva o novo governo a priorizar o direito constitucional do acesso à energia com qualidade e preços justos, dinamizando a atuação das estatais como instrumento de política econômica, ao invés de estimular lucros exorbitantes de empresas do setor que potencializam dividendos para acionistas bilionários residentes e não residentes.

Defendemos a conciliação da melhoria contínua da governança pública e da prestação de contas à sociedade, associado ao papel histórico e imprescindível do Estado Democrático de Direito na promoção do desenvolvimento, redução de desigualdades sociais e regionais e potencialização das oportunidades para a população economicamente mais vulnerável, razão pela qual propomos, além da manutenção de um representante dos empregados no Conselho de Administração das empresas controladas pela União (lei criada em 2010 pelo governo Lula), seja garantida uma vaga para representante de consumidores de energia elétrica nas empresas do setor elétrico e óleo e gás.

6.6) Valorização da Carreira de servidores e empregados de empresas controladas pela União como forma de potencializar o bem-estar da população



No sentido de dotar o Estado de capacidade de resposta aos desafios interpostos nas mais diversas áreas de gestão governamental, torna-se necessária a ampliação dos quadros através do crivo imparcial do concurso público. Defendemos a valorização das carreiras de servidores e trabalhadores de empresas controladas pela União, responsáveis por operacionalizar políticas públicas e setoriais; zelando pelo reaproveitamento destes quadros em outras instituições do Estado, inclusive nos casos dos trabalhadores injustamente desligados de empresas públicas privatizadas ou extintas em anos eleitorais.

6.7) Requalificação do papel da Eletrobras reestatizada.

A Eletrobras produz mais de 90% de sua energia através de suas 45 hidrelétricas e é a segunda maior empresa de geração de energia hidrelétrica do mundo, sendo responsável por 52% de toda a água armazenada em nossos reservatórios.

Isso dá à empresa uma responsabilidade muito grande, tanto pelo fato de administrar a maior parte da “bateria” do sistema elétrico brasileiro, quanto por administrar a água utilizada por todos os outros usos que a sociedade faz daqueles reservatórios.

A privatização da Eletrobras, ainda mais sob o regime de Produção Independente de Energia, onde o lucro da empresa estará relacionado com a capacidade de turbinar mais água nos períodos de estiagem é a efetiva privatização dos principais rios brasileiros, como o São Francisco, Tocantins e toda a bacia do Paraná. Com a privatização, em especial no modelo em que foi feita, haverá disputa entre a poderosa Eletrobras privada de um lado e todos os demais usuários daquela água, seja para a agricultura, turismo e lazer, navegação e até mesmo para o abastecimento humano.

Se quando a usina de Furnas, o complexo de Paulo Afonso, Sobradinho e as demais UHEs da Eletrobras foram construídas vislumbrava-se principalmente a produção de energia, ao longo do tempo esses reservatórios ganharam muitos outros usos, dentre os quais a geração de energia elétrica nem de longe pode ser considerado o mais nobre.

Com o crescimento das fontes solar e eólica no país, o papel das hidrelétricas deve mudar. Essas usinas devem deixar de ser as principais produtoras de energia e passar a ter um papel de estabilização de um sistema interligado que gerará a maior parte dessa energia através das fontes renováveis intermitentes. As hidrelétricas atuarão basicamente armazenando energia na forma de água para atender a demanda em face das variações instantâneas das fontes intermitentes. Em um sistema como esse não faz sentido que as hidrelétricas recebam proporcionalmente à sua geração, mas sim para prestar serviços ancilares de armazenamento, resposta à demanda, fornecimento de inércia, potência reativa, dentre outras.

O contrato de concessão de 22 hidrelétricas assinado pela Eletrobras, por ocasião da privatização, prevê, dentre outras coisas, que cabe à Eletrobras privatizada conceder áreas nas margens e nas ilhas dos reservatórios dessas usinas a terceiros, podendo, inclusive, cobrar por isso. Esse dispositivo, que não havia nos contratos anteriores, com a Eletrobras pública, é a prova mais cristalina de que o que houve, de fato, foi a privatização dos principais rios do Brasil.

Propomos que a Eletrobras reestatizada assuma papéis de gestora da água dos reservatórios que administra, desenvolvendo junto às comunidades programas para o uso daquela água para a agricultura, a piscicultura, o turismo e outros usos que possibilitem o desenvolvimento econômico, social e ambiental das regiões sob influência desses reservatórios. Uma Eletrobras cada vez mais como um agente estatal de desenvolvimento, prestando serviços para todo o sistema elétrico com seu sistema de transmissão e suas hidrelétricas, ajudando na expansão do sistema, vendendo energia mais barata e limpa para o desenvolvimento e a qualidade de vida da população.

7. MEDIDAS EMERGENCIAIS

O desmonte promovido nos governos Temer/Bolsonaro foi profundo, a crise é séria e irá se agravar ainda mais, caso nada seja feito. Nenhuma das propostas apresentadas aqui poderá ser efetivada sem que antes seja recuperada a capacidade estatal de intervenção no setor.

Por isso a Reestatização da Eletrobras precisa ser efetivada urgentemente pelo próximo governo democrático e popular de Luís Inácio Lula da Silva.

Reestatização da Eletrobras.

Cancelamento da descotização das 22 hidrelétricas da Eletrobras.

Revogação dos “Jabutis” da lei da privatização da Eletrobras.



8. COMPROMISSO DOS ELETRICITÁRIOS E ELETRICITÁRIAS COM A DEFESA DOS BRASILEIROS, DA SOBERANIA E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Defendemos a soberania energética do Brasil como forma de reduzir as desigualdades sociais e regionais, viabilizando o desenvolvimento econômico plural e inclusivo. Isso nos levou à decisão de auditar todo o processo de privatização, identificando atos lesivos ao erário em período pré-eleitoral decorrentes da privatização da Eletrobras e a modelar ações reparatórias ou anulatórias a partir dos resultados apurados, sobretudo no que tange a subavaliação de ativos, inconstitucionalidades e omissões dos estudos tarifários que fundamentaram a análise do processo.

Acreditamos no Brasil e em seu povo. Um país que reúne um território privilegiado em termos de riquezas e um povo generoso e criativo, como o Brasil, não pode se conformar com o destino de submissão, iniquidade e desesperança imposto por uma classe dominante perversa e antinacional, materializada na aliança entre o neoliberalismo e o fascismo que caracterizam o governo Bolsonaro.

Esse é um país com potencialidades ilimitadas, já vimos em um passado recente que é possível desenvolver com distribuição de renda, que é possível eliminar o secular flagelo da fome, que é possível, com políticas públicas, reduzir desigualdades e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico.

O terrível ciclo aberto com o golpe de 2016 conseguiu destruir, com uma velocidade atordoante, conquistas que demoraram décadas para serem consolidadas. A destruição do estado nacional, o desmantelamento de políticas públicas e o aviltamento da própria democracia levaram o Brasil à beira do colapso, sendo os 33 milhões de irmãos e irmãs em insegurança alimentar a mais cruel face da crise civilizacional que se abate sobre o país.

Os governos Lula e Dilma ensinaram a esse povo que é sim possível construir um país justo e independente. Por isso o Coletivo Nacional dos Eletricitários se soma aos demais movimentos de trabalhadores e ao movimento popular de maneira geral que enxerga na Eleição do presidente Lula, mais que uma eleição, mas uma questão de salvação nacional. A reestatização da Eletrobras será uma das tarefas da dura empreitada da reconstrução nacional e para isso o Brasil pode contar, como sempre, com a dedicação e o espírito de luta dos eletricitários e eletricitárias.

Brasília 5 de julho de 2022.



**SALVE A
ENERGIA**

PELO FUTURO
DO BRASIL



www.salveaenergia.com.br



[Twitter.com/salveaenergia](https://twitter.com/salveaenergia)



[Instagram.com/salveaenergia](https://www.instagram.com/salveaenergia)



[Facebook.com/salveaenergia](https://www.facebook.com/salveaenergia)